

MODALIDADES DE INTOLERÂNCIA NO PASSADO E NO PRESENTE: O EXEMPLO DO ANTI-SEMITISMO

por

João Paulo Avelãs Nunes¹

Resumo: Procura-se, neste artigo, reflectir, a partir da historiografia, de outras ciências sociais e de tecnologias também delas derivadas, sobre o estudo de, e a intervenção relativamente a, fenómenos de intolerância existentes nas nossas sociedades. Observam-se o anti-judaísmo e o anti-semitismo como exemplos de intolerância de longa duração, que estiveram na origem de processos de discriminação, de violência de massas e/ou de genocídio na Época Contemporânea. A semelhança do que acontece com outras modalidades de intolerância, o anti-judaísmo e o anti-semitismo ocorrem face a indivíduos, grupos de pessoas e organizações concretos e coevos. Verificam-se, no entanto, igualmente, posicionamentos e a divulgação de narrativas de valoração negativa e de discriminação simbólica perante realidades passadas. A criação (em 1948) e a evolução posterior do Estado de Israel são, ainda, neste caso, um factor relevante. Analisando alguma da investigação já concretizada e divulgada por historiadores e por antropólogos sobre judeu, anti-judaísmo e anti-semitismo, tenta-se defender a operatividade do reforço da colaboração entre ambas as áreas disciplinares no que concerne ao estudo da, e à intervenção relativamente a esta e a outras modalidades de intolerância. Visa-se, ainda, problematizar as implicações de esse esforço ser concretizado com base nos diferentes pressupostos — epistemológicos, teórico-metodológicos e deontológicos — do Paradigma Moderno, do Paradigma Neo-Moderno e do Paradigma Pós-Moderno.

Palavras-chave: Modalidades de intolerância, Judeus, Anti-semitismo.

Abstract: This article seeks to reflect, based on historiography, other social sciences and technologies derived from them, on the study of and intervention in intolerance phenomena in our societies. Anti-Judaism and anti-Semitism are observed as examples of long-term intolerance that have been at the origin of processes of discrimination, mass violence and/or genocide in the Contemporary Era. Like other shape of intolerance, anti-Judaism and anti-Semitism are directed against specific individuals, groups of people, and organizations. However, there is also the positioning and dissemination of narratives of negative valuation and symbolic discrimination against past realities. The creation (in 1948) and the subsequent evolution of the State of Israel are also a relevant factor in this case. Analysing some of the research carried out and disseminated by historians and anthropologists on Jews, anti-Judaism and anti-Semitism, an attempt is made to defend the operability of reinforcing collaboration between both disciplinary areas with regard to the study of, and intervention in relation to this and other forms of intolerance. The aim

¹ Professor de História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. E-mail: jpavelas@fl.uc.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0419-9179>.

is also to problematize the implications of this effort being carried out based on the different assumptions — epistemological, theoretical-methodological and deontological — of the Modern Paradigm, the Neo-Modern Paradigm and the Post-Modern Paradigm.

Keywords: Modalities of intolerance, Jews, Antisemitism.

INTRODUÇÃO

Penso ser objectivante afirmar que as sociedades humanas têm gerado continuamente — com alterações mais ou menos substanciais em termos de formas de concretização e de níveis de intensidade — modalidades de intolerância que podem ir da hierarquização e da discriminação ao genocídio, passando pela violência de massas. Na actual conjuntura de crise económica e social, de crise de democracias e do multilateralismo, de crise do empenhamento no reforço do grau de racionalização da produção intelectual nas humanidades e nas ciências, assiste-se, mesmo, ao recrudescimento de inúmeras dessas modalidades de intolerância.

Dadas as respectivas longevidade e complexidade, opto por observar, especificamente neste artigo, na qualidade de modalidade(s) de intolerância, o anti-judaísmo e o anti-semitismo. À semelhança de outros vectores de intolerância presentes na Época Contemporânea, o anti-judaísmo e o anti-semitismo estiveram na origem de formas de hierarquização e de discriminação, de violência de massas e de genocídio. Por sua vez, concretizações radicalizadas de judaísmo e de sionismo têm igualmente acarretado, antes e depois da criação — em 1948 — do Estado de Israel, situações e processos de hierarquização/discriminação e de violência de massas no seio da Diáspora Judaica, nos Territórios Palestínianos Ocupados e/ou em Israel.

Tal como acontece com outras modalidades de intolerância, o anti-judaísmo e o anti-semitismo implicam a explicitação de posicionamentos e a intervenção perante indivíduos (seres humanos de origem judaica) e grupos de pessoas, organizações e instituições efectivamente existentes, concretos e coevos. Verifica-se, no entanto, também a divulgação de narrativas de valoração negativa e de hierarquização/discriminação simbólica face a fenómenos passados, difusos e/ou inexistentes (por exemplo, uma suposta “Internacional Judaica”); e a divulgação de narrativas de valoração positiva face a indivíduos, organizações e instituições antes responsáveis por iniciativas de hierarquização e de discriminação, de violência de massas e de genocídio perpetradas contra pessoas de origem judaica.

Viso, assim, reflectir sobre vectores de colaboração interdisciplinar a partir dos quais historiadores e outros cientistas sociais (com destaque para antropólogos e

sociólogos), filósofos e outros especialistas em humanidades podem delimitar, reconstituir e analisar objectos de estudo associados ao anti-judaísmo e ao anti-semitismo. Pretendo, ainda, considerar vectores de colaboração transdisciplinar que envolvam, quer tecnologias e aplicações tecnológicas derivadas da historiografia e de outras ciências sociais, quer a apropriação crítica do saber e do saber fazer produzidos e divulgados por parte de pessoas (indivíduos, profissionais e cidadãos), organizações da sociedade civil e instituições públicas.

Uma vez que advogo a centralidade do debate epistemológico e teórico-metodológico na elaboração de conhecimento científico e de conhecimento tecnológico de base científica (bem como das correspondentes aplicações tecnológicas), diria que é importante começar por referir tanto os pressupostos epistemológicos adoptados, como a configuração proposta para os conceitos utilizados. Quanto às tecnologias de base científica referenciadas, também derivadas da historiografia e da antropologia, elenco a didáctica da História e a divulgação científica, o património cultural e o jornalismo cultural, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o lazer e o turismo culturais².

1. QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E TEÓRICAS

O debate — explícito ou implícito — entre proponentes e defensores dos pressupostos epistemológicos do Paradigma Moderno, do Paradigma Neo-Moderno e do Paradigma Pós-Moderno é, na minha perspectiva, uma das vertentes mais significativas da evolução da historiografia e da antropologia (assim como de outras ciências sociais e das humanidades) nas últimas décadas. Apesar do respectivo carácter exemplar ou paradigmático — talvez precisamente devido a esse estatuto —, a problemática do anti-semitismo e do Holocausto (produção e divulgação de conhecimento científico e de conhecimento tecnológico de base científica; elaboração de aplicações tecnológicas; transferência multilateral de saber; apropriação crítica do saber e do saber fazer gerados por parte de pessoas, organizações da sociedade civil e instituições públicas) tem sido marcada pela confrontação entre as concepções referidas.

Correndo, embora, o risco de alguma simplificação, proponho que, à luz do Paradigma Moderno (estruturado desde, pelo menos, o século XVIII): os saberes são descritos e valorados tendo em conta a respectiva importância cognitiva e social; a ciência é apresentada como o — ou, pelo menos, como um dos — saber mais relevante, uma vez que,

² Cfr., nomeadamente, Nunes, 1970; Franco, 1999; Martins, 2006; Sen, 2007; Judt, 2018; Vargas Llosa, 2018; Nunes, 2019a; Arendt, 2021; Heinich, 2021.

pela sua objectividade e neutralidade, gera conhecimento permanente e absolutamente idêntico à realidade; a tecnologia consiste na governação da realidade natural e social de acordo com os ditames inevitáveis da ciência. Apenas os incapazes ou os mal-intencionados recusariam a indiscutibilidade dos programas de intervenção na realidade baseados na ciência.

Face, por um lado, às vantagens de manter um continuado esforço de produção de conhecimento científico sobre uma realidade intrinsecamente complexa; por outro lado, à constatação dos efeitos secundários da hegemonia do Paradigma Moderno — quer em termos da intensificação de manifestações de hierarquização e discriminação quer do reforço de lógicas sociais globais autoritárias ou totalitárias —, desde as décadas de 1920 e 1930 tem-se assistido ao consolidar do Paradigma Neo-Moderno.

Individualidades como Marc Bloch e Claude Lévy-Strauss, Hannah Arendt e John Maynard Keynes, Marcel Mauss e Albert Demangeon, fundadores do Paradigma Neo-Moderno, apelaram tanto ao rigor epistemológico e ao sincretismo teórico, à inter e à transdisciplinaridade, como ao abandono da postura cientista (estratégia ideológica cuja eficácia depende da confusão deliberada, sob a capa da ciência, de ideologia, ciência e tecnologia de base científica).

Nos termos do Paradigma Neo-Moderno, os vários saberes — senso comum e ideologia, humanidades e ciências, artes e tecnologias de base científica — têm diferentes características e funções, não fazendo sentido hierarquizá-los ou avaliá-los a partir de um só critério (ou conjunto de critérios); a ciência resulta de esforços de objectivação que têm por meta a elaboração de conhecimento temporária e, parcialmente, o mais próximo possível da realidade; ciência e tecnologia de base científica são saberes de natureza diferente, pretendendo a tecnologia mobilizar conhecimento científico — e outro — para viabilizar a concretização de transformações na realidade previamente assumidas nos planos cívico, profissional ou pessoal a partir de escolhas de cariz ideológico.

Segundo os cultores do Paradigma Pós-Moderno — que surgiu nas décadas de 1950 e 1960 —, excepção feita a segmentos matematizados de descrição e análise de algumas parcelas da realidade, todos os outros saberes são de natureza ideológica (ou seja, subjectiva); o principal critério de apreciação de discursos a propósito da realidade tem a ver com as implicações, mais ou menos justas, da sua divulgação e aplicação; ciência e tecnologia constituem, muitas vezes, estratégias de alienação por parte das elites dominantes e, até, de elites emergentes. Este relativismo e quase-nihilismo — ou, talvez melhor, libertarismo — epistemológico tem sido cultivado tanto por correntes políticas de extrema-esquerda como de extrema-direita.

Quanto aos conceitos mais relevantes para o estudo da problemática delimitada, refiro, antes de mais, que partilho da perspectiva segundo a qual, em ciência, as categorias teóricas não são súmulas exaustivas de todas as características supostamente existentes

numa determinada parcela da realidade. Tendo por função apoiar esforços de reconstituição, análise e contextualização, os conceitos consistem, ao invés, em propostas dialécticas de definição, simultaneamente nucleares e flexíveis (tipos ideais ou arquétipos). Permitem, desta forma, comparar realidades mais ou menos similares, situadas em territórios e em tempos pouco ou muito diferentes³.

Parto da constatação de que a intolerância é uma reacção cronicamente presente nas sociedades humanas, assumindo configurações, graus e escalas dissemelhantes. Daqui resulta que as iniciativas que visam diminuir ou anular formas de intolerância têm de se dotar de elevados níveis de operatividade na recolha e análise de informação, de capacidade negocial e de resiliência. Penso que os graus de violência, sofrimento e trauma associados a modalidades de hierarquização/discriminação, de violência de massas e de genocídio são, no entanto, substancialmente diversos, devendo merecer estudo, caracterização e intervenção (preventiva ou de remediação) diferenciados.

Relativamente aos conceitos de judeus e de judaísmo, lembro que os mesmos remetem para um amplo conjunto de outras categorias teóricas, as quais apresentam maiores ou menores potencialidades de apoio a um esforço de objectivação — de produção de conhecimento tanto quanto possível próximo da realidade — e que, por vezes, são contraditórias entre si. Por um lado, antes e depois de 1948 (da criação do Estado de Israel) é possível referenciar noções como as de grupo étnico ou “raça”, povo e nação, diáspora e re-diáspora, comunidade minoritária e comunidade maioritária ou indivíduos de origem também judaica. Por outro lado, deparamos com categorias como cultura e religião; cultura erudita, culturas populares e cultura de massas; identidade ou identidades, memória e pós-memória, aculturação e hibridização, assimilação ou integração, auto e hetero-segregação; teologia e filosofia, ortodoxia e heterodoxia; integrismo religioso e teocracia, religiosidade e laicidade, agnosticismo e ateísmo; conversão e apostasia; irredutibilidade, diálogo inter-religioso e sincretismo.

Da mesma forma, os conceitos de anti-judaísmo e de anti-semitismo convidam a uma preocupação com o reconhecimento da complexidade do real que permita ir além de um nível relativamente superficial de reconstituição e análise. Numa primeira leitura, o anti-judaísmo, presente nos períodos medieval e moderno, decorreria apenas da condenação de práticas religiosas judaicas. Por sua vez, o anti-semitismo, vigente na época contemporânea, resultaria da valoração dos judeus — “raça” ou povo e indivíduos concretos, cultura em geral e religião em particular — como entidade simultaneamente inferior e perigosa.

³ Cfr., entre outros, Hespanha, 1986; Vattimo, 1987; Jameson, 1991; Santos, 2003; Traverso, 2012; Murray, 2020; Nunes, 2021a; Pluckrose, 2021; Roudinesco, 2022.

Numa segunda leitura, considero que na Idade Média e na Idade Moderna, mau grado a prevalência atribuída ao vector religioso, afluía já, também, o factor “rácico”, como é demonstrado pelo facto de a verificação dos “critérios de limpeza de sangue” relativamente aos cristãos-novos ter sido, no Portugal dos séculos XVI a XVIII, da responsabilidade do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. No que concerne a parte das ideologias de cariz cientista dominantes ou hegemónicas durante a época contemporânea, a pertença à “raça” judaica — segmento tido como o mais agressivo do conjunto de “raças orientais ou asiáticas”, adjectivadas como globalmente inferiores —, implicaria a adopção das supostamente dissolventes cultura e religião judaicas.

Sobre as categorias teóricas de filo-semitismo e de sionismo, diria que ambas sugerem uma dupla leitura. Nomeadamente do século XVII ao final da Segunda Guerra Mundial, filo-semitismo significa, quer valores e comportamentos de não judeus em defesa de indivíduos e de vivências culturais de origem judaica contra acusações e atitudes anti-judaicas e anti-semitas, quer a proclamação da excepcionalidade e da superioridade (sectorial ou global) dos judeus relativamente a outros grupos étnicos ou “raças”, povos e nações. Até aos nossos dias, sionismo identifica, tanto os princípios nucleares de um pensamento nacionalista — do nacionalismo judaico: um povo que se representa e que actua como uma nação tem direito a um território e a estruturar um Estado —, como formas radicais ou extremas, segregacionistas e/ou colonialistas, de nacionalismo judaico (baseadas num argumentário de cariz laicista e/ou teocrático)⁴.

2. ANTI-JUDAÍSMO E ANTI-SEMITISMO

Enquanto modalidades de intolerância, é ainda relevante identificar outras cambiantes nos fenómenos de anti-judaísmo e de anti-semitismo. Geradas em sociedades fortemente segmentadas em termos político-jurídicos, sociojurídicos e territoriais — períodos medieval e moderno — ou em contextos sobretudo marcados por culturas populares — época contemporânea —, as manifestações de anti-judaísmo tendem a responsabilizar judeus concretos, residentes nas mesmas localidades, por práticas negativas de escala local e de curta duração. Fruto de sociedades contemporâneas crescentemente integradas, o anti-judaísmo remete para uma escala simultaneamente local/regional, nacional e mundial; para uma duração secular (desde a Antiguidade Tardia ou a Alta Idade Média).

⁴ Cfr., nomeadamente, Mea, 1997; Mucznik, 2009; Wilke, 2009; Paiva, 2013; Nunes, 2014; Mea, 2021; Mucznik, 2021; Ferreira, 2022.

No caso do anti-judaísmo, aos judeus, facilmente identificáveis, membros de comunidades auto e hetero-segregadas, eram atribuídas características infamantes como a recusa em evoluir de uma falsa crença para a religião verdadeira, resquícios fisiológicos animalescos, resquícios fisiológicos femininos nos homens. Eram, igualmente, feitas acusações de comportamentos lesivos, nomeadamente, ofensas à simbologia cristã, assassinato de crianças no âmbito de supostos rituais judaicos, violência sexual sobre crianças e mulheres cristãs, usura e açambarcamento, abuso de poder quando no desempenho de funções de cobrança de impostos.

Por sua vez, à luz das narrativas anti-semitas — arquétipo de muitas das posteriores “teorias da conspiração” populistas e irracionaisistas —, desde sempre os judeus teriam tentado dominar o mundo e, enquanto esse objectivo não era alcançado, procurariam viver parasitando o trabalho dos cristãos. Valoradas como absolutamente negativas, as transformações fundadoras da contemporaneidade liberal seriam fruto dessa estratégia (executada pelas organizações maçónicas), garantindo a camuflagem dos judeus — a partir de então cidadãos indiferenciados — no interior dos novos Estados-Nação. Através da “Internacional Judaica” e de organizações das sociedades civis de cada país, de Organizações Internacionais e de instituições públicas, os judeus estariam a executar um plano aparentemente caótico, mas na realidade coerente.

Sendo sempre uma parcela diminuta da população de cada Estado, os judeus almejavam, por um lado, deslegitimar e provocar o colapso “dos pilares da Cristianidade Ocidental”; por outro lado, gerar conflitualidade crescente de todos contra todos, de modo a conseguirem impor a sua dominação. Assim se explicaria que, “crendo numa religião arcaica e sectária”, os judeus apoiariam o racionalismo e os cientismos, o laicismo, o agnosticismo ou o ateísmo entre os cristãos; “sendo nómadas e inassimiláveis a qualquer entidade política alheia”, patrocinarium todas as causas nacionalistas; “apresentando-se como uma minoria discriminada”, procurariam monopolizar todas as actividades profissionais que confeririam riqueza e/ou poder; impondo-se limites éticos rigorosos no relacionamento com os outros judeus, “adoptariam posturas imorais para com os cristãos (depravação sexual e prostituição, alcoolismo e droga, arte degenerada e pessimismo existencial)”.

Dessa forma se compreenderia, igualmente, “que os judeus protagonizassem e incentivassem, ao mesmo tempo, valores e práticas opostos”. Segundo as inúmeras publicações e declarações anti-semitas, exemplificarium uma tal bipolaridade intencional a apologia do imperialismo informal, ou emergente, e do anti-colonialismo tradicional ou histórico; do militarismo mais extremo e do pacifismo mais radical; dos regimes políticos liberais ou pós-liberais (demoliberalismo e democracia) e das ditaduras comunistas; do individualismo capitalista e do colectivismo socialista, ambos anti-organicistas ou

anti-corporativistas; do machismo amoral que desprotegia ou apoucava a mulher e do feminismo dissolvente “que ignorava as óbvias diferenças entre homens e mulheres”.

Pugnando pelo reforço do grau de objectivação do conhecimento científico — historiográfico, antropológico, sociológico etc. — produzido e divulgado sobre a problemática em apreço, chamo a atenção para a possibilidade de as modalidades de anti-judaísmo e de anti-semitismo atingirem diferentes níveis de intensidade e fazerem parte de posicionamentos ideológicos diversos. Em alternativa à mera verificação da presença ou da ausência de anti-judaísmo e de anti-semitismo, enquanto um dos vectores de propostas ideológicas de extrema-direita ou de direita, considero que é possível identificar situações de anti-judaísmo e de anti-semitismo moderado, radical e genocidário; de extrema-direita e de direita, de centro-direita e de centro-esquerda, de esquerda e de extrema-esquerda.

Tratar-se-ia de anti-judaísmo e de anti-semitismo moderado quando, independentemente da natureza mais ou menos virulenta da caracterização e da contextualização aventadas, não existe nem apelo à prática de nem a concretização de acções violentas contra pessoas de origem judaica. Aplicar-se-ia o conceito de anti-judaísmo e de anti-semitismo radical sempre que, por iniciativa de sistemas políticos, de aparelhos de Estado e/ou de entidades de sociedades civis, coexistem acusações infundadas, discriminação e repressão de pessoas por serem de origem judaica. Anti-judaísmo e anti-semitismo genocidário verificou-se, por imposição do Terceiro Reich nacional-socialista alemão — mas contando, quer com a colaboração, quer com a não oposição consequente de instituições, organizações e indivíduos de múltiplos outros territórios ocupados e países —, durante a execução do Holocausto (Junho de 1941-Abril de 1945).

A categoria teórica de anti-judaísmo e de anti-semitismo moderado permite, eventualmente, compreender melhor a realidade de Portugal, de Espanha e dos Estados latino-americanos entre o início do século XIX e o pós-Segunda Guerra Mundial. Fruto tanto de limitados níveis de desenvolvimento económico e social, como de séculos de hierarquização, discriminação e repressão contra judeus e, depois, contra cristãos-novos ou marranos, os referidos países acolheram, em termos absolutos e proporcionalmente, poucas pessoas de origem judaica e não tiveram responsabilidade directa na concretização do Holocausto.

Com frequência, para além de caracterizações e adjectivações sobre o passado recente e acerca da actualidade, os discursos anti-judaicos e anti-semitas explicitados nestes países avaliam muito positivamente formas de violência de massas praticadas contra judeus e cristãos-novos ou marranos nos séculos XVI a XVIII, antes de mais através dos Tribunais do Santo Ofício da Inquisição. Ter-se-ia, deste modo, resolvido “o problema judaico que se agigantara durante a Idade Média”. Assistiu-se, ainda,

tanto à legitimação como à desvalorização de inúmeras situações de anti-semitismo radical ocorridos em outros Estados e do próprio Holocausto⁵.

Nas sociedades que conheceram comunidades judaicas e nos países ocidentais ou ocidentalizados em geral, a correspondência mais frequente tem sido, pelo menos até ao fim do período da Guerra Fria, entre anti-judaísmo/anti-semitismo e concepções de extrema-direita. Decorrerá o citado correlacionamento crónico, por um lado, da discordância de grande parte da extrema-direita com muitas das características definidoras da contemporaneidade (afirmação da autonomia dos indivíduos, reconhecimento de direitos jurídico-políticos, proclamação da viabilidade do crescimento económico, defesa da atenuação das desigualdades e das modalidades de discriminação); por outro lado, da adopção da tática populista — igualmente racista e xenófoba — que consiste em atribuir a responsabilidade de todos os aspectos valorados como negativos a uma elite ultra-minoritária, “estrangeira e racicamente inferior”.

Menos frequente e menos nuclear, a presença de anti-judaísmo e de anti-semitismo em narrativas ideológicas de direita, de centro-direita e de centro-esquerda será, provavelmente, um efeito secundário de preocupações nacionalistas, eugenistas e pró-cristãs ou laicistas. A maioria dos judeus seriam inassimiláveis, “orientais” e anti-cristãos ou crentes teocráticos. Algo semelhante ocorrerá com correntes ideológicas de esquerda e de extrema-esquerda, marcadas pelo internacionalismo (anti-nacionalista), pela recusa do capitalismo e pela militância ateaísta (anti-religiosa). Muitos judeus seriam sionistas (nacionalistas), defensores do capitalismo (ou, mesmo, plutocratas) e crentes teocráticos⁶.

2.1. Judeus e judaísmo

Se, enquanto cientistas sociais — historiadores e antropólogos, mas, também, sociólogos e linguistas, geógrafos e economistas —, consideramos hoje (nas últimas décadas) as realidades sociais globais representadas pelos conceitos de judeu e de judaísmo, podemos identificar e salientar a grande complexidade correspondente aos mesmos. Quando envolvidos num esforço de caracterização dos contextos sociais globais

⁵ Para o caso português, cfr., a título de exemplo, Remédios, 1895; Azevedo, 1921; Sequeira, 1923; Pereira, 1928; Remédios, 1928; Mattoso, 1939; Ameal, 1940; Lima, 1940; Queirós, 2002.

⁶ Cfr., entre outros, Tavares, 1979; Winock, 1982; Tavares, 1982-1984; Benbassa, 1996; Mea, 1997; Rozett, 2000; Milgram, 2003; Loff, 2004; Martins, 2004; Paiva, 2004; Rother, 2005; Louçã, 2007; Marchi, 2007; Friedländer, 2007a; Friedländer, 2007b; Rohr, 2008; Bankier, 2010; Milgram, 2010; Mann, 2011; Mühlen, 2012; Pimentel, 2013; Schaefer, 2014; Reis, 2019; Gutenman, 2020; Milgram, 2020; Nunes, 2020; Pimentel, 2020; Tavim, 2020; Whigham, 2022.

delimitados pelas categorias teóricas de anti-judaísmo e de anti-semitismo, cabe-nos, igualmente, referenciar e destacar a enorme distância existente entre as vidas efectivas dos indivíduos de origem judaica e os mitemas cronicamente presentes nos discursos anti-judaicos e anti-semitas.

O fosso em causa é, quase sempre, constitutivo nas outras modalidades de intolerância (hierarquização e discriminação, violência de massas, genocídio), fundadas em abordagens de senso comum e ideológicas, nas humanidades e nas ciências; transformadas em instrumentos de actuação por intermédio das tecnologias de base científica e das artes. A reconstituição e análise, contextualização e comparação dessa mesma distância pode e deve, assim, ser um objecto estrategicamente significativo tanto para a historiografia e para a antropologia da cultura como para a historiografia e para a antropologia social e política.

Mesmo considerando apenas os indivíduos de origem judaica que têm vivido desde o início da época contemporânea, a imensa diversidade e as contradições presentes no interior do universo social global representado pelas categorias teóricas de judeus e de judaísmo contrariam totalmente os estereótipos caricaturais continuamente retomados pelas narrativas anti-judaicas e anti-semitas. É possível encontrar características, ideários e actuações diferentes face a aspectos como património genético e cultura/religião judaicas, laicismo e agnosticismo/ateísmo, identidade nacional e identidade comunitária, diáspora judaica e Estado de Israel, nichos profissionais e socioeconómicos, modo de governação do sistema de relações internacionais, nacionalismo e internacionalismo, ideologias e regimes políticos, modos de produção e políticas socioeconómicas, situação da mulher e identidade de género, cultura erudita e culturas populares/cultura de massas, formas de expressão artística e correntes estéticas.

À semelhança do que ocorre em muitas outras situações de intolerância, também indivíduos de origem judaica e organizações ou instituições por eles dinamizadas, vítimas de anti-judaísmo e de anti-semitismo, têm gerado concepções e práticas discriminatórias. Os alvos e as vítimas foram ou são outros indivíduos de origem judaica — cristãos-novos e marranos ou apóstatas em geral, sefarditas *versus* asquenazitas, ortodoxos *versus* laicizados, assimilados *versus* sionistas, alemães e austríacos de origem judaica *versus* polacos e soviéticos de origem judaica, etc. —, escravizados e libertos em contexto colonial e pós-colonial, palestinianos.

Mas a importância da história e da teoria da historiografia — da história e da teoria das outras ciências sociais — neste âmbito torna-se, ainda, maior ao verificarmos que, na época contemporânea e nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, as grandes narrativas ideológicas que albergam modalidades explícitas de intolerância reivindicam para si próprias uma natureza cientista. Isto é, a sua legitimidade e o seu prestígio (ou, mesmo, a respectiva inevitabilidade e indiscutibilidade) decorreriam de veicularem as

conclusões — objectivas ou justas — da teologia e da ética, da filosofia e da ciência. Esse correlacionamento excessivo entre ideologia, ciência e tecnologia de base científica ocorre tanto sob a vigência dos pressupostos do Paradigma Moderno como no contexto do domínio (ou da hegemonia) dos pressupostos do Paradigma Pós-Moderno.

Perante essa centralidade, uma compreensão mais objectivante quer dos judeus e do judaísmo, quer do anti-judaísmo e do anti-semitismo (bem como de outras formas de intolerância), implica a utilização de mais conceitos, nomeadamente os de darwinismo social e racismo, nacionalismo e xenofobia, eugenia e promoção ou controlo da natalidade, integrismo religioso e exclusivismo identitário ou sociocultural. Identificável pelo menos desde o último quartel do século XIX, questionado sobretudo a partir do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, destaco o papel decisivo desempenhado pelas múltiplas configurações do darwinismo social.

Dando continuidade a, e intensificando estratégias de caracterização e de adjecção de indivíduos e de grupos de pessoas já utilizados décadas ou séculos antes da segunda metade de oitocentos, o darwinismo social consiste na atribuição de legitimidade supostamente científica a lógicas de valoração de pessoas e de governação das sociedades humanas que decorrem, afinal, do senso comum ou de vectores ideológicos quase totalmente circulares. Muitas vezes, as referidas iniciativas são concretizadas por cientistas ou por especialistas em tecnologias de base científica. Os posicionamentos darwinistas sociais, que afirmam descrever, explicar e hierarquizar pessoas ou grupos de seres humanos a partir das respectivas características físicas e/ou intelectuais, têm pendor mais individualista ou mais comunitarista, reprodutor ou irredentista, conservador ou radical. Focam-se em critérios socioculturais, socioeconómicos, étnicos, de sexo e/ou de identidade de género⁷.

2.2. Filo-semitismo e sionismo

Coeva do processo de estruturação e de consolidação do Paradigma Moderno (século XVII e seguintes), a afirmação de concepções e de práticas filo-semitas antecipa e ilustra alguns dos debates actuais entre posturas neo-modernas e pós-modernas. Sobre aquele tipo de intolerância e acerca daqueles indivíduos/grupos de seres humanos que são vítimas das citadas modalidades de hierarquização e discriminação, violência de massas

⁷ Cfr., nomeadamente, Pita, 1995; Hawkins, 1998; Lacapra, 1998; Franco e Fevereiro, 2000; Phayer, 2000; Pereira, 2001; D. Vital, 2009; Chalante, 2011; Nunes, 2011; B. Wasserstein, 2012; Turda, 2016; Milgram e Senkmann, 2020; Green, 2021.

ou genocídio, as duas posturas filo-semitas remetem para argumentários diferentes e quase diametralmente opostos.

Deparamos, por um lado, com intervenções em defesa de pessoas de origem judaica — alvo de anti-judaísmo e de anti-semitismo — que, recorrendo a discursos de natureza diversa (ético-cívica, teológico-filosófica, científica, artística ou tecnológica), defendem o direito de todos os seres humanos a serem respeitados e a beneficiarem de igualdade perante a lei. Salientam, ainda, a total discrepância entre a diversidade/a e complexidade da realidade e os redutores — isto é, racistas e xenófobos — estereótipos identitaristas/comunitaristas invocados pelo anti-judaísmo e pelo anti-semitismo.

Encontramos, por outro lado, posicionamentos filo-semitas (quase sempre da autoria de não judeus) que partem do princípio que “os israelitas” são membros de uma “raça”, no essencial auto-segregada dos outros povos, e que mantêm uma identidade comum e específica. Os vectores constitutivos dessa identidade garantiriam aos judeus superioridade em determinadas áreas — competências intelectuais para a produção de filosofia, ciência e tecnologia de base científica; racionalidade e eficácia económica capitalista; capacidade argumentativa e de mobilização de massas através de órgãos de comunicação social, sindicatos e partidos políticos —, assim como os tornariam essenciais para o crescimento económico e o fortalecimento estratégico de qualquer Estado ocidental ou ocidentalizado⁸.

Por sua vez, em torno do conceito de sionismo (nacionalismo judaico moderado ou radical) são identificáveis diversos tipos de ideários e de práticas nacionalistas, instrumentos de mobilização, de auto-protecção ou de agressão por parte de indivíduos de origem judaica. No âmbito da secular diáspora judaica, enquanto comunidades minoritárias, tratar-se-ia de um ideário que propunha uma alternativa de futuro a vítimas sistémicas — efectivas e potenciais — de anti-judaísmo e de anti-semitismo.

Em Israel, sionismo significaria muitas vezes, sobretudo a partir da década de 1980, posturas de intolerância (hierarquização/discriminação e violência de massas de tipo colonial) contra palestinianos. É, ainda, possível referenciar diversos tipos de relacionamento entre aquelas duas fileiras de sionismo e a crítica a determinadas opções da sociedade civil e do Estado de Israel; a anti-judaísmo e a anti-semitismo tradicional ou de novo tipo (associado ao integrista islâmico e a esquerdas radicais); a um filo-judaísmo de novo tipo, proclamado por integristas cristãos de extrema-direita (de matriz mais ou menos milenarista e apocalíptica).

Críticas a determinadas opções do Estado ou de entidades da sociedade civil de Israel não se baseiam necessariamente em anti-judaísmo e anti-semitismo, antes de tudo

⁸ Cfr., entre outros, Medina, 1987/1988; Garcia, 1993; Madeira, 2000; Franco, 2002; Parnes, 2002; Franco, 2004; Martins, 2010.

quando remetem para critérios de apreciação universais e para a condenação do ultranacionalismo e da teocracia, de Governos autoritários ou de ditaduras e do unilateralismo, da xenofobia e do racismo. O anti-judaísmo e o anti-semitismo tradicional e de novo tipo estão, no entanto, presentes no revisionismo face às sequelas do anti-judaísmo/anti-semitismo e no negacionismo do Holocausto; na recusa em considerar a complexidade da evolução de Israel e da Palestina — da Jordânia, do Egito, do Líbano e da Síria — entre 1945 e a década de 1970; no recurso ao estereótipo identitarista das características universais e permanentes (o Judeu como perpetrador, símbolo do Ocidente e da branquitude, do capitalismo e do colonialismo; o Palestino como vítima, representante do Sul Global e da não-branquitude, da contestação ao capitalismo e ao colonialismo)⁹.

3. TECNOLOGIAS E APLICAÇÕES TECNOLÓGICAS DERIVADAS

Explicitada uma proposta de caracterização do anti-judaísmo e do anti-semitismo enquanto modalidade de intolerância de longa duração — neste caso geradora de hierarquização e discriminação, violência de massas e genocídio —, penso ser importante reflectir, na qualidade de historiador, acerca do modo como, no âmbito delimitado, podemos e devemos utilizar tecnologias também derivadas da historiografia e da antropologia. Defendo, enquanto cidadão, que a intervenção através das tecnologias em causa deve ter por objectivo reduzir a presença dessa e de outras formas de intolerância.

Tentando elencar as tecnologias de base científica e as aplicações tecnológicas em causa, referiria a divulgação científica (de historiografia e de antropologia) e o jornalismo cultural, a didáctica da História e o ensino da História, o património cultural e a museologia, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o lazer e o turismo culturais. Mesmo não considerando aqueles que adoptam posturas negacionistas ou revisionistas quanto a leituras historiográficas ou antropológicas do anti-judaísmo e do anti-semitismo, que optam por não se pronunciar sobre ou que apoiam esta e/ou outras formas de intolerância, continua a ser necessário decidir como são configurados os saberes tecnológicos em apreço.

Sintetizando, diria que os proponentes da mobilização das citadas tecnologias de base científica com o propósito de tentar contribuir para limitar a influência, quer do anti-judaísmo e do anti-semitismo, quer de outras modalidades de intolerância, se agrupam

⁹ Cfr., nomeadamente, Gilbert, 1998; Breitman, 2001; Geary, 2008; Heinich, 2018; Schrag, 2019; Nunes, 2021; Khalidi, 2022.

em torno de duas lógicas diferentes. De um lado a “exigência moral”, do outro a regulação deontológica; a divulgação, o jornalismo cultural e o ensino da História como propaganda verdadeira e/ou justa ou, em alternativa, como disseminação de leituras historiográficas e antropológicas objectivantes e complexas; o património cultural e a museologia, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o lazer e o turismo culturais como posturas cívicas verdadeiras e/ou justas na luta pelo controlo da memória ou, em alternativa, como saberes tecnológicos de base científica essenciais à edificação de políticas culturais e de memória objectivantes.

Por um lado, de acordo com os pressupostos do Paradigma Moderno e do Paradigma Pós-Moderno, proclama-se que as massas ou o povo não conseguem lidar com a pluralidade de perspectivas e com a complexidade discursiva inerentes ao debate científico tradicional (integrante da cultura erudita, elitista por definição). Os especialistas empenhados em disseminar a verdade e/ou a posição justa deveriam, pois, conceber aplicações tecnológicas eficazes — ou seja, deliberadamente decorrentes da simplificação e da adulteração dos resultados da investigação científica —, única forma de garantir a defesa da democracia e o combate à intolerância.

Diferentemente, à luz dos pressupostos do Paradigma Neo-Moderno, advoga-se que o aprofundamento da democracia e a crescente recusa da intolerância dependem da reprodução do pluralismo e do debate entre leituras diversas; da produção e divulgação de reconstituições e análises sobre a realidade, tão objectivantes e tão comunicacionalmente eficazes quanto possível em cada momento. A auto-qualificação da vivência cívica a partir da apropriação crítica de conhecimento científico complexo e da transferência multilateral de saber tecnológico deontologicamente regulado seriam não só possíveis como necessários à prossecução daqueles objectivos.

Assim se explicaria porque é que os especialistas em ciência e/ou em tecnologia de base científica que procuram adoptar os fundamentos do Paradigma Neo-Moderno (entre os quais me encontro) defendem a divulgação científica e o jornalismo cultural *versus* a animação cultural e o activismo nos *media* formais e informais; a didáctica da História historiográfica e o ensino da História baseado na História Nova *versus* a “boa propaganda”; o novo património cultural e a nova museologia *versus* memoriais em homenagem a determinados justos e a certas vítimas; a cultura organizacional e a diferenciação territorial estruturantes *versus* uma concepção meramente instrumental das mesmas; o lazer e o turismo cultural desalienantes *versus* a cultura de massas¹⁰.

No caso da RFA a partir da década de 1970 e da Alemanha pós-Reunificação, talvez os dois exemplos mais ilustrativos do grau de exigência e das potencialidades decorren-

¹⁰ Cfr., entre outros, Bruchfeld, 1998; Nunes, 2007; Nunes, 2008; Nunes, 2013a; Nunes, 2013b; Fracapane, 2014; Nunes, 2016; Nunes, 2017; Nunes, 2019b; Nunes, 2022.

tes desta abordagem neo-moderna da problemática do anti-judaísmo e do anti-semitismo sejam o Centro de Investigação/Centro de Documentação/Museu “Topografia do Terror” e o Museu Judaico de Berlim, ambos em Berlim. Relativamente a Israel, destaco o Museu da História do Holocausto, fundado em 1953 no interior das instalações do Yad Vashem, em Jerusalém. Reformulado em 2005, adota desde então, no essencial, a perspectiva neo-moderna defendida por Hannah Arendt, inicialmente condenada por ser demasiado complexa e ineficaz ou, mesmo, por ser supostamente anti-semita¹¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei neste artigo, enquanto historiador, reflectir acerca do conceito de intolerância e sobre a forma como o anti-judaísmo e o anti-semitismo são modalidades seculares de intolerância que têm implicado hierarquização e discriminação, violência de massas e genocídio. Considerei, ainda, quer as oportunidades de abordagem interdisciplinar que esta temática abre a ciências como a historiografia e a antropologia, quer as implicações científicas e cívicas da adopção dos pressupostos do Paradigma Moderno, do Paradigma Neo-Moderno e do Paradigma Pós-Moderno.

Visei, também, analisar as possibilidades de colaboração transdisciplinar entre a historiografia e a antropologia, por um lado; por outro lado, a divulgação científica e o jornalismo cultural, a didáctica da História e o ensino da História, o património cultural e a museologia, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o lazer e o turismo culturais tendo por objectivo a atenuação de fenómenos de intolerância em geral, do anti-judaísmo e do anti-semitismo em particular. Debatí, finalmente, acerca do maior ou menor nível de operatividade da mobilização militante e da mobilização objectivante das referidas tecnologias de base científica.

¹¹ Cfr., nomeadamente, Arendt, 2003; Gutterman, 2005; Nachama, 2010.

FONTES PRIMÁRIAS

AMEAL, João (1940), *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins.

AZEVEDO, João Lúcio de (1921), *História dos Christãos Novos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

LIMA, Joaquim Alberto Pires de (1940), *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*. Porto: Livraria Civilização.

MATTOSO, António G. (1939), *Compêndio de História de Portugal (Aprovado, oficialmente, como livro único para o 6.º Ano dos Liceus)*. Lisboa: Sá da Costa Editora.

PEREIRA, António Serras (1928), *Portugal na História da Civilização*. Lisboa: Edição de José Fernandes Júnior.

QUEIRÓS, Eça de (2002), “A Perseguição dos Judeus”. In: MINÉ, Elsa; CAVALCANTE, Neuma (eds), *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Lisboa: INCM: 105-113.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos (1895), *Os Judeus em Portugal*. Vol. 1. Coimbra: F. França Amado.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos (1928), *Os Judeus em Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora.

SEQUEIRA, Francisco Pereira de; PEIXOTO, José de Lemos (1923), *Os Planos da Autocracia Judaica: Protocolos dos Sábios de Sião*. Porto: Livraria Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah (2003), *Eichmann em Jerusalém* (trad. do inglês). Coimbra: Tenacitas.

ARENDRT, Hannah (2021), *Homens em Tempos Sombrios* (trad. do inglês). Lisboa: Relógio D'Água Editores.

BANKIER, David; MICHAN, Dan (eds) (2010), *Holocaust and Justice*. Jerusalém: Yad Vashem.

BENBASSA, Esther (dir.) (1996), *Mémoires Juives d'Espagne et du Portugal*. Paris: Éditions Publisud.

BREITMAN, Richard (2001), *Os Segredos do Reich que os Aliados sabiam* (trad. do inglês). Lisboa: Âncora Editora.

- BRUCHFELD, Stéphane; LEVINE, Paul A. (1998), *Tell Your Children... A Book About the Holocaust in Europe (1933-1945)*. Estocolmo: Regeringskansliet.
- CHALANTE, Susana (2011), “O Discurso do Estado Salazarista Perante o “Indesejável” (1933-1939)”, *Análise Social* 198: 41-63.
- FERREIRA, Lúcia Alexandra da Silveira Coelho (2022), *Desjudaizar as Beiras. A Inquisição nos Bispados de Viseu e da Guarda* (Tese de doutoramento em História). Porto: Universidade do Porto.
- FRACAPANE, Karel; HASS, Mathias (ed.) (2014), *Holocaust Education in a Global Context*. Paris/Berlim: UNESCO Publishing/Topography of Terror Foundation.
- FRANCO, Manuela (1999), “Judeus em Portugal”. In: MÓNICA, Maria Filomena; BARRETO, António (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*. Vol. 8. Porto: Livraria Figueirinhas: 314-324.
- FRANCO, Manuela (2002), “Uma Influência Portuguesa no Levante? A Diplomacia ao Serviço da Propaganda do Prestígio da República”, *Política Internacional* 26: 187-206.
- FRANCO, Manuela (2004), “Diversão Balcânica: Os Israelitas Portugueses de Salónica”, *Análise Social* 170: 119-147.
- FRANCO, Manuela; FEVEREIRO, Maria Isabel (2000), *Vidas Pouçadas: A Acção de Três Diplomatas Portugueses na II Guerra Mundial*. Lisboa: MNE.
- FRIEDLÄNDER, Saul (2007a), *The Years of Persecution: Nazi Germany and the Jews (1933-1939)*. Londres: Phoenix.
- FRIEDLÄNDER, Saul (2007b), *The Years of Extermination: Nazi Germany and the Jews (1939-1945)*. Nova Iorque: Harper Perennial.
- GARCIA, Maria Antonieta (1993), *Os Judeus de Belmonte: Os Caminhos da Memória*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- GEARY, Patrick J. (2008), *O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo* (trad. do inglês). Lisboa: Gradiva.
- GILBERT, Martin (1998), *Israel: A History*. Londres: Doubleday.
- GREEN, Abigail; SULLAM, Simon Levis (eds) (2021), *Jews, Liberalism, Anti-Semitism: A Global History*. Londres: Palgrave Macmillan.
- GUTERMAN, Marcos (2020), *Holocausto e Memória*. São Paulo: Editora Contexto.
- GUTTERMAN, Bella; SHALEV, Avner (eds) (2005), *To Bear Witness: Holocaust Remembrance at Yad Vashem*. Jerusalém: Yad Vashem.
- HAWKINS, Mike (1998), *Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press.

- HEINICH, Nathalie (2018), *Ce Que n'Est Pas l'Identité*. Paris: Éditions Gallimard.
- HEINICH, Nathalie (2021), *Ce Que Le Militantisme Fait à La Recherche*. Tracts 29. Paris: Gallimard.
- HESPAÑA, António Manuel (1986), “História e Sistema: Interrogações à Historiografia Pós-Moderna”, *Ler História* 9: 65-84.
- KHALIDI, Rashid (2022), *Palestina, Uma Biografia: Cem Anos de Guerra e Resistência* (trad. do inglês). Porto: Ideias de Ler.
- JAMESON, Frederic (1991), *Postmodernism or The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham: Duke University Press.
- JUDT, Tony (2018), *O Peso da Responsabilidade* (trad. do inglês). Lisboa: Edições 70.
- LACAPRA, Dominick (1998), *History and Memory After Auschwitz*. Ithaca: Cornell University Press.
- LOFF, Manuel (2004), *As Duas Ditaduras Ibéricas na Nova Ordem Eurofascista*. Vol. 3 (Tese de doutoramento em História). Florença: European University Institute.
- LOUÇÃ, António; PACCAUD, Isabel (2007), *O Segredo da Rua d'O Século*. Lisboa: Fim de Século.
- MADEIRA, Lina Maria Gonçalves Alves (2000), *Alberto da Veiga Simões: Esboço de Uma Biografia Política* (Tese de doutoramento em História). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MANN, Michael (2011), *Fascistas* (trad. do inglês). Lisboa: Edições 70.
- MARCHI, Riccardo (2007), *As Direitas Radicais em Portugal Durante o Estado Novo (1945-1974)* (Tese de doutoramento em História Política e Institucional no Período Contemporâneo). Lisboa: ISCTE.
- MARTINS, Jorge (2004), “O Moderno Anti-Semitismo em Portugal”, *Vária Escrita* 11: 291-336.
- MARTINS, Jorge (2006), *Portugal e os Judeus*. 3 volumes. Lisboa: Editorial Vega.
- MARTINS, Jorge (2010), *A República e os Judeus*. Lisboa: Nova Vega.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo (1997), *A Inquisição de Coimbra no Século XVI*. Porto: FEAA.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo (2021), *O Porto Judaico*. Porto: Evo Luna Edições.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo; STEINHARDT, Inácio (1997), *Ben-Rosh: Biografia do Capitão Barros Basto: O 'Apóstolo dos Marranos'*. Porto: Edições Afrontamento.
- MEDINA, João; BARROMI, Joel (1987/1988), “O Projecto de Colonização Judaica em Angola”, *Clio* 6: 79-105.
- MILGRAM, Avraham (ed.) (2003), *Entre la Aceptación y el Rechazo: América Latina y los Refugiados Judíos del Nazismo*. Jerusalém: Yad Vashem.

- MILGRAM, Avraham (2010), *Portugal, Salazar e os Judeus*. Lisboa: Gradiva.
- MILGRAM, Avraham (2020), “Crypto-Jews, Sephardim, Ashkenazim, and Refugees from Nazi Europe in Early Twentieth-Century Portugal: Together and Apart”, *Contemporary Jewry* 40: 607-626.
- MILGRAM, Avraham; SENKMANN, Leonardo (eds) 2020, *Cultura, Ideología y Fascismo: Sociedad Civil Iberoamericana y Holocausto*. Madrid: Iberoamericana Vervuert.
- MUCZNIK, Esther (2021), *Judeus Portugueses: Uma História de Luz e Sombra*. Lisboa: Manuscrito.
- MUCZNIK, Esther et al (coords) (2009), *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença.
- MÜHLEN, Patrick von zur (2012), *Caminho de Fuga Espanha-Portugal: A Emigração Alemã e o Êxodo para Fora da Europa de 1933 a 1945*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MURRAY, Douglas (2020), *A Insanidade das Massas: Como a Opinião e a Histeria Envenenam a Nossa Sociedade* (trad. do inglês). Lisboa: Edições Saída de Emergência.
- NACHAMA, Andreas (dir.) (2010), *Berlin 1933-1945: Between Propaganda and Terror*. Berlin: Stiftung Topographie des Terrors.
- NUNES, Adérito Sedas (1970), “Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais”, *Análise Social* 8 (30/31): 201-298.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2007), “A ‘Boa Propaganda’, A ‘Má Propaganda’ e O Ensino da História”, *Revista Portuguesa de História* 39: 165-182.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2008), “Deontologia, Desempenho Profissional e Utilidade Social”, *O Ensino da História* 32 (III Série): 21-23.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2011), “Neo-Darwinism and Politico-Ideological Concepts in Portugal During the First Half of the 20th Century”. In: PEREIRA, Ana Leonor et al (eds), *Darwin, Evolution, Evolutionisms*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: 151-155.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2013a), “A Memória Histórica Enquanto Tecnologia: Estado Novo, Desenvolvimento e Democracia”. In: PIMENTEL, Irene Flunser; REZOLA, Maria Inácia (coords), *Democracia, Ditadura: Memória e Justiça Política*. Lisboa: Edições Tinta-da-China: 363-384.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2013b), “O Estado, a Historiografia e Outras Ciências/Tecnologias Sociais”. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (coords), *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados*. Coimbra e Rio de Janeiro: Imprensa da Universidade de Coimbra e Editora Fundação Getúlio Vargas: 53-79.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2014), “Darwinismo Social e Antisemitismo: O Caso Português”, *Cultura, Espaço & Memória* 5: 117-132.

NUNES, João Paulo Avelãs (2016), “Património Cultural, Museus e Desenvolvimento: Conceitos Teóricos, Políticas Públicas e ‘Sociedade Civil’”. In: TEIXEIRA, Sidélia S. (org.), *Patrimônio e Museus na Contemporaneidade*. Salvador: EDUFBA: 27-52.

NUNES, João Paulo Avelãs (2017), “História e Historiografia, Património Cultural e Museologia, Lazer e Turismo Culturais: Uma Abordagem Deontológico-Epistemológica e Teórico-Metodológica”, *Revista de Teoria da História* 17 (1): 162-182.

NUNES, João Paulo Avelãs (2019a), “A Memória Histórica como Instrumento de Controlo Durante o Estado Novo Português: O Exemplo do Antissemitismo”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa (orgs), *O Controle dos Corpos e das Mentes: Estratégias de Dominação dos Regimes Fascistas e Autoritários*. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e LEER/USP: 87-113.

NUNES, João Paulo Avelãs (2019b), “Historiografia, Ensino da História e ‘Questões Fracturantes’: Uma Perspectiva de Didáctica da História”. In: LUÍS, Ana R. et al (coords), *A Formação Inicial de Professores nas Humanidades: Reflexões Didácticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: 89-114.

NUNES, João Paulo Avelãs (2020), “Antijudaísmo e Antissemitismo Moderado, em Portugal, nas Décadas de 1930 e 1940”. In: SENKMANN, Leonardo; MILGRAM, Avraham (eds), *Cultura, Ideologia y Fascismo: Sociedad Civil Iberoamericana y Holocausto*. Madrid: Iberoamericana Vervuert: 305-342.

NUNES, João Paulo Avelãs (2021a), “Historiografia e Tecnologias Derivadas: Relevância Social, Epistemologia e Deontologia”. In: VAQUINHAS, Irene Maria et al (coords), *História, Empresas, Arqueologia Industrial e Museologia*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra: 343-366.

NUNES, João Paulo Avelãs et al (2021b), “Interview with Avner Gvaryahu and Avihai Stollar, directors of Breaking the Silence”, *Estudos do Século XX* 21: 173-184.

NUNES, João Paulo Avelãs (2022), “O Ensino da História e a Formação para uma Cidadania Democrática: Uma Abordagem Historiográfica e de Didáctica da História numa Época de Crise”, *Estudos do Século XX* 22: 177-194.

PAIVA, José Pedro (2004), “As Entradas da Inquisição, na Vila de Melo, no Século XVII: Pânico, Integração/Segregação, Crenças e Desagregação Social”, *Revista de História das Ideias* 25: 169-208.

PAIVA, José Pedro; MARCOCCI, Giuseppe (2013), *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

PARNES, Livia (2002), *Présences Juïves dans le Portugal Contemporain (1820-1939)*. 2 volumes (Tese de doutoramento em História das Civilizações). Paris: EHESS.

PEREIRA, Ana Leonor (2001), *Darwin em Portugal: Filosofia, História, Engenharia Social (1865-1914)*. Coimbra: Livraria Almedina.

- PHAYER, Michael (2000), *The Catholic Church and the Holocaust (1930-1965)*. Bloomington: Indiana University Press.
- PIMENTEL, Irene Flunser; NINHOS, Cláudia (2013), *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa: Temas e Debates.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2020), *Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates.
- PITA, Gabriel de Jesus (1995), *A Igreja Católica perante o Nacionalismo Português do Estado Novo: A Revista Lumen (1937-1945)*. 2 volumes (Dissertação de mestrado em História Contemporânea). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- PLUCKROSE, Helen; LINDSAY, James (2021), *Teorias Cínicas* (trad. do inglês). Lisboa: Guerra & Paz.
- REIS, Maria de Fátima; PINTO, Paulo Mendes (coords) (2019), *Identidade e Memória Sefardita: História e Actualidade. Terra(s) de Sefarad 2017. Encontros de Culturas Judaico-Sefarditas*. Bragança: CMB/Ideias Emergentes.
- ROHR, Isabelle (2008), *The Spanish Right and the Jews (1898-1945)*. Londres: Sussex Academic Press.
- ROTHER, Bernd (2005), *Franco y el Holocausto* (trad. do inglês). Madrid: Marcial Pons.
- ROUDINESCO, Elisabeth (2022), *O Eu Soberano: Ensaio sobre as Derivas Identitárias* (trad. do francês). Rio de Janeiro: Zahar.
- ROZETT, Robert; SPECTOR, Shmuel (eds) 2000, *Encyclopedia of the Holocaust*. Jerusalém: Yad Vashem.
- SANTOS, Boaventura Sousa (coord.) (2003), *Conhecimento Prudente para Uma Vida Decente: 'Um Discurso sobre as Ciências' Revisitado*. Porto: Edições Afrontamento.
- SCHAEFER, Ansgar (2014), *Portugal e os Refugiados Judeus Provenientes do Território Alemão*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SCHRAG, Peter (2019), *The World of Aufbau: Hitlers Refugees in America*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- SEN, Amartya (2007), *Identidade e Violência* (trad. do inglês). Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- TAVARES, Maria José Ferro (1979), *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Lisboa: Guimarães & C^ª.
- TAVARES, Maria José Ferro (1982-1984), *Os Judeus em Portugal no Século XV*. 2 volumes. Lisboa: INIC.
- TAVIM, José Alberto R. Silva et al (orgs) (2020), *As Diásporas dos Judeus e Cristãos-Novos de Origem Ibérica entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico: Estudos*. Lisboa: Centro de História.

- TRAVERSO, Enzo (2012), *O Passado, Modos de Usar* (trad. do francês). Lisboa: Edições Unipop.
- TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron (2016), *Latin Eugenics in Comparative Perspective*. Londres: Bloomsbury Academic.
- VARGAS LLOSA, Mario (2018), *O Apelo da Tribo* (trad. do castelhano). Lisboa: Quetzal.
- VATTIMO, Gianni (1987), *O Fim da Modernidade: Nihilismo e Hermenêutica na Cultura Pós-Moderna*. Lisboa: Editorial Presença.
- VITAL, David (2009), *A People Apart: The Jews in Europe (1789-1939)*. Oxford: Oxford University Press.
- WASSERSTEIN, Bernard (2012), *On the Eve: The Jews of Europe Before the Second World War*. Londres: Profile Books.
- WHIGHAM, Kerry (2022), *Resonant Violence: Affect, Memory, and Activism in Post-Genocide Societies*. Londres: Rutgers University Press.
- WILKE, Carsten L. (2009), *História dos Judeus Portugueses* (trad. do francês). Lisboa: Edições 70.
- WINOCK, Michel (1982), *Nationalisme, Antisemitisme et Fascisme en France*. Paris: Éditions du Seuil.